

O IMPACTO DAS BARRAGENS NO TRABALHO DAS MULHERES: UM OLHAR FEMINISTA SOBRE A INVIZIBILIZAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS

THE IMPACT OF PLANTS/HIDROPOWER IN WORKING WOMEN: A FEMINIST LOOK AT THE WORK OF INVIZIBILIZAÇÃO WOMEN AFFECTED BY PLANTS

Luciana de Souza Ramos

Resumo

No Brasil as barragens já expulsaram mais de um milhão de pessoas de suas casas e terras, sendo a maioria sem nenhum tipo de indenização. De acordo com Relatórios de Direitos Humanos o padrão vigente de implantação de barragens no Brasil tem propiciado de maneira, recorrente, graves violações de direitos humanos, principalmente na vida das mulheres, invisibilizadas nesse processo. A dimensão da violação ao direito ao trabalho será abordada nesse artigo, pois as diferenças entre homens e mulheres não são apenas de “papéis” a cumprir na sociedade. Essa dominação possui uma base material: a divisão sexual do trabalho. Aos homens coube o espaço público e o trabalho produtivo, enquanto as mulheres foram atreladas à esfera privada e ao trabalho reprodutivo. O presente artigo é resultado de pesquisa realizada junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e reflete criticamente, a partir de pesquisa empírica, esse cenário de desigualdade de gênero.

Palavras-chave: Barragens. Trabalho. Mulheres. Feminismo. Divisão sexual do trabalho.

Abstract

In Brazil the levees already evicted more than a million people from their homes and lands, mostly without any compensation. According to Human Rights Reports of the prevailing pattern of deployment of dams in Brazil has provided a way, recurrent, serious violations of human rights, especially women's lives, made invisible in this process. The size of the violation of the right to work will be addressed in this article, because the differences between men and women are not only "roles" to play in the society. This domination has a material basis: the sexual division of labor. Men fit the public space and productive work, while women were tied to the private sphere and reproductive work. This article is the result of research conducted by the Movement of People Affected by Dams (MAB) and reflects critically, from empirical research, this scenario of gender inequality.

Keywords: Hydropower. Work. Women's. Feminism. Sexual division of labor

Introdução

“Mulher:
Se te ensinaram a ter uma voz macia,
A amar com compaixão

A cuidar com carinho
Isso não precisa ser um problema
Mas se sua voz se cala
Diante de outra mais forte
Se o amor vira submissão
E se o cuidado impede a luta
Nem que seja pó um momento
Pode ser necessário gritar,
Odiar
E criticar com firmeza:
Por amor” (Lira Ali)

No Brasil, já foram construídas mais de 2.000 (duas mil) Unidades Hidrelétricas (UHE), que expulsaram mais de um milhão de pessoas de suas casas e terras, pelo menos 70%, segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), sem nenhum tipo de indenização¹. A energia elétrica produzida aqui é controlada principalmente por empresas transnacionais, que concentram 70% da distribuição e 30% da produção de energia elétrica no país.

De acordo com o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, por meio do Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, o padrão vigente de implantação de barragens no Brasil “tem propiciado de maneira, recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas conseqüências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual”²³. Esta situação se agrava ainda mais no caso das mulheres, devido à opressão de gênero vivida por elas.

O referido Relatório verificou que as mulheres vêm sendo impactadas direta e desproporcionalmente quando da chegada dos grandes empreendimentos energéticos. Violações nos âmbitos do trabalho, social e familiar são os aspectos mais afetados das mulheres atingidas por barragens, sejam elas do campo, sejam da cidade.

¹ Estão previstas ainda a construção de mais 1.443 barragens nos próximos 20 anos, que afetarão outro milhão de pessoas.

² Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, do CDDPH.

³ O CDDPH foi criado pela Lei federal 4.319 de 16 de março de 1964 e é composto por representantes governamentais, sociedade civil e entidades de defesa dos direitos humanos. O Conselho tem competência para promover inquéritos, investigações e estudos para avaliar eficácia das normas que assegurassem os direitos da pessoa humana, inscrito no Constituição Federal, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), podendo receber representações com denúncias de violações dos direitos da pessoa humana, apurar sua procedência e tomar providências cabíveis referentes a abusos dos particulares ou das autoridades por elas responsáveis.

Com objetivo de verificar de forma concreta quais direitos das mulheres atingidas por barragens vêm sendo violados, foi realizado um estudo em 2011-2012⁴, que mapeou as principais violações aos direitos das mulheres atingidas pelas UHE Jirau, Santo Antonio e Samuel, em Rondônia.

O presente artigo, portanto é fruto dessa pesquisa realizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a pedido da ONU Mulher. Diversos aspectos da vida das mulheres foram abordados durante a pesquisa, como: participação política, identidade de gênero, educação e trabalho. Contudo, a dimensão “Trabalho” sempre saltou aos olhos, motivo pelo qual será objeto central nesse artigo, pois se destaca como um dos eixos de maior impacto na vida das mulheres, principalmente, aquelas deslocadas do território atingido.

A metodologia precisava ser construída no sentido de garantir um processo que envolvesse a pesquisa, aprendizado e ações reivindicativas, enquadrando-a num permanente e contínuo construir-se das Atingidas. Nesta perspectiva, a Pesquisa Participativa era o método mais adequado de escuta e construção coletiva.

Foram aplicados 62 questionários, 15 mulheres por comunidade⁵ foram selecionadas para participar, sendo que duas mulheres foram escolhidas para participarem como pesquisadoras-facilitadoras. Assim, a pesquisa foi realizada a nove mãos, seja na construção do questionário, na aplicação dos mesmos, bem como na análise dos resultados. O trabalho das facilitadoras foi fundamental, pois verificamos, de primeira, a compreensão delas sobre as oficinas realizadas e elaboração das respostas com visão mais crítica.

Havia a necessidade de promover a análise dos dados e primeiras sínteses conjuntamente às comunidades, respeitando suas experiências coletivas, promovendo uma ação conjunta entre pesquisador e pesquisado e o compromisso com a formação e desenvolvimento de procedimentos críticos e reflexões que atuem na perspectiva de superação das violações, com vistas a ressignificação coletiva das compreensões do grupo de sua realidade para a transformação.

A escolha pelo Estado de Rondônia se deu a partir de uma denúncia feita à Comissão Especial Atingidos por Barragens no CDDPH, bem como em virtude de ter sido

⁴ O presente artigo, portanto, é resultado dessa pesquisa realizada em 2011-2012 por mim, a pedido do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do qual sou advogada e militante, com apoio da ONU Mulher, a partir do Acordo de Cooperação de Projetos 045/2011.

⁵ Na comunidade de Joana D’arc foram aplicados 17 questionários, em virtude da procura das mulheres para participar do projeto. Assumimos a importância de não deixarmos de fora, pois a iniciativa para participar foi motivada durante toda a execução dos trabalhos e não seria lógico limitarmos.

publicado em diversos jornais o aumento nos casos de violência e de exploração sexual contra mulheres nas cidades próximas aos canteiros de obra dos Consórcios de Jirau e Santo Antonio. Embora outros aspectos tenham sido apontados durante a pesquisa.

O presente artigo deverá abordar apenas o aspecto “Trabalho”, pois sempre impactava mais, pela própria invisibilidade deste aspecto para elas. Assim, pensar em Como se dá o impacto da barragem no processo de invisibilização do âmbito trabalho para as mulheres atingidas era – e ainda é - algo instigante, pois num mundo capitalista, cujo valor econômico se dá pela força de trabalho, sendo essa considerada valorosa apenas quando vendida diretamente no mercado, o trabalho do campo realizado por aquelas mulheres se tornava um não-trabalho, pois refletia a mesma lógica de pensamento deste sistema econômico-político.

Para que possa minimamente trazer elementos da pesquisa que possam dialogar com a teoria, o artigo foi dividido da seguinte forma: uma breve apresentação das mulheres atingidas que participaram da pesquisa, pois como sujeitos ativos desta pesquisa e da luta por direitos, fundamental esse olhar mais sensível para elas. Num segundo momento, analiso à partir da sociologia do trabalho com olhar feminista, o mundo e o mercado de trabalho para as mulheres e seus impactos em suas vida. Num terceiro momento resgato a pesquisa e a teoria para tentar visualizar de forma mais clara o cenário objeto deste artigo.

1. Conhecendo as mulheres atingidas por barragens em rondônia

As mulheres nas comunidades faziam de tudo. Elas começavam o dia buscando água da cacimba; em casa, tinham que fazer café e cuscut para o companheiro levar para a roça, socar o arroz para o almoço e o jantar, serem enfermeiras quando o filho ficava doente, ajudar as vizinhas quando ganhavam neném, ensinar os filhos a rezar, ir para os terços e novenas. Ainda, tinham que levar a comida para a roça e ficar lá quebrando coco babaçu para ajudar nas despesas da casa. Com tudo isso, quando chegava uma pessoa fazendo pesquisa, a mulher dizia que não fazia nada. E assim foi ficando mais difícil o reconhecimento da profissão. No cartório eles nem perguntavam qual a profissão, e assim todas as mulheres eram consideradas do lar ou domésticas. Quando perceberam que além de gerar a vida, também tinham grande responsabilidade para com os filhos e a comunidade, aí começaram a lutar por seus

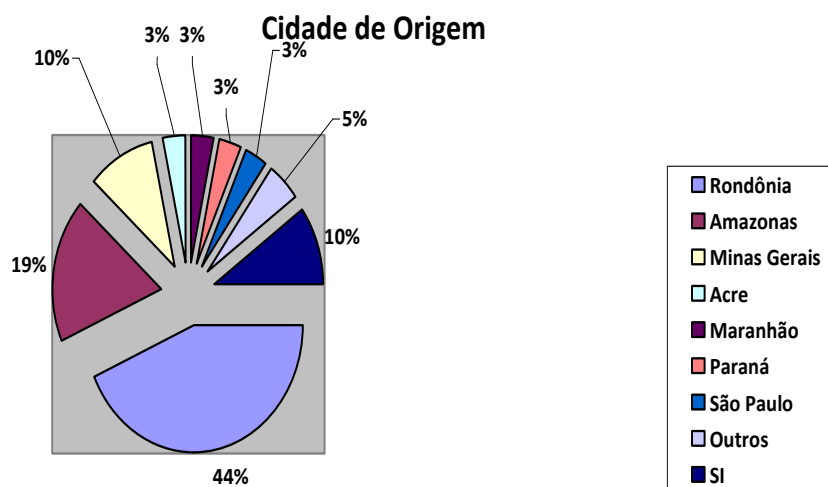
direitos, primeiro o voto e depois lutar para se associarem ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) local e para serem vistas como independentes do marido.(...). A mulher não reconhecia que seu trabalho tinha valor, não ganhava dinheiro nos afazeres domésticos, mas mesmo assim, quando ela quebrava até 40 quilos de babaçu por semana não sabia nem quanto tinha em dinheiro.

Aos poucos, as mulheres foram percebendo que seu trabalho era importante na luta pela terra e que estavam à frente, devendo participar do espaço público, não só do privado. Foi quando começaram a abrir os olhos e encarar a luta de reivindicações, até nos espaços onde os maridos faziam parte, por exemplo, na associação de trabalhadores rurais nos assentamentos. E nós começamos a discutir a nossa identidade. Rosane Ribeiro C. dos Santos – Assentamento Meu Rancho, Pureza-RN.

A compreensão passa primeiramente pelo conhecimento, pela identificação, pelo conhecer de rostos, cores, lutas. Desta forma, necessário iniciarmos apresentando as mulheres, sujeitos desse processo de pesquisa, para que possamos compreender os objetivos deste artigo, bem como visualizar os problemas da dimensão do trabalho na vida das mulheres atingidas por barragens, quando da chegada da barragem.

A primeira análise baseia-se em conhecer as mulheres entrevistadas, idade, origem, etnia, ou seja, conhecer o perfil das mulheres entrevistadas.

Origem

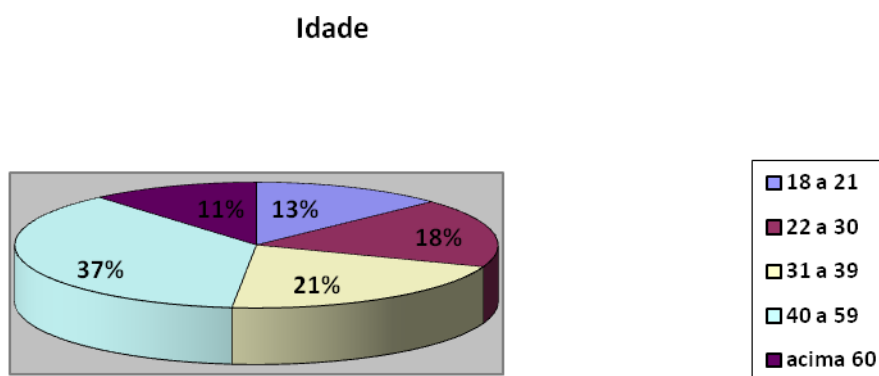


Vemos que a maioria das mulheres entrevistadas é da região norte, com predominância do próprio estado de Rondônia e do Amazonas. Contudo, a diversidade de origem das mulheres é muito grande, tendo mulheres de todas as regiões do país.

Importante destacar que isso muda de comunidade para comunidade, assim, podemos afirmar que quanto mais acesso a estradas e circulação de meios de transporte maior a diversidade, ou seja, quanto menos isolada a comunidade, maior a diversidade de origem.

Desta forma, as comunidades de Itapuã e Joana Darc apresentaram maior diversidade de origem, ao contrário da comunidade de São Carlos, cuja população é majoritariamente local e de comunidades ribeirinhas.

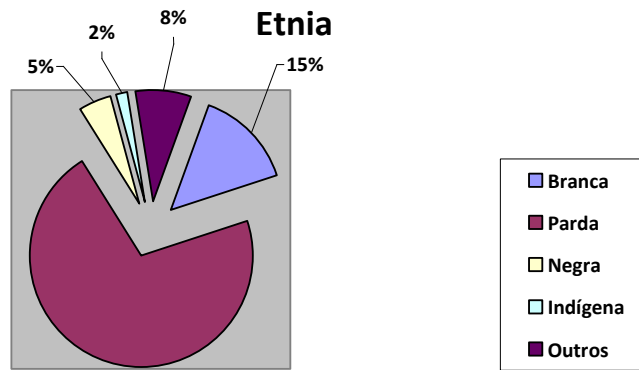
Idade



A maioria das mulheres está na faixa etária e 40 a 59 anos, 37%, seguida das mulheres entre 31 a 39, 21%, e das mulheres entre 22 a 30 anos de idade, 18%. Ou seja, são na sua maioria mulheres jovens e maduras, em plena atividade laboral.

A relação com a idade em categorias como escolaridade, trabalho e número de filhos fará a diferença na análise dos dados, pois há dinâmica e olhares diferentes de acordo com a idade das participantes.

Etnia

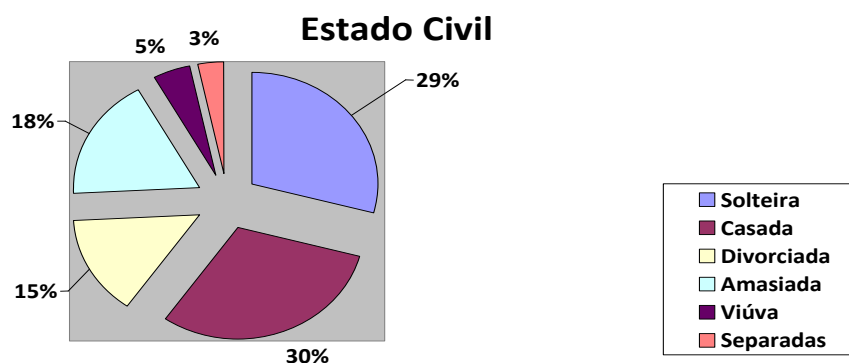


Verifica-se que a maioria das mulheres atingidas entrevistadas se autodeterminam como sendo pardas, 44 mulheres, seguido de 09 mulheres brancas e curiosamente, de 05 mulheres que se identificam como morenas, sendo que esta categoria étnica, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não existe, sendo englobada na categoria pardas. Desta forma, 70% das mulheres entrevistadas são pardas. Apenas uma mulher se identificou como sendo indígena.

Observamos que na região norte há uma crescente cultura de negação da tradição e etnia indígena, ganhando contornos de um processo discriminatório da população indígena. A auto-identificação enquanto “morena” pode ser interpretada como uma forma de fugir dos estigmas de ser negro ou indígena, pois a negação ou afirmação étnica passam pelo processo político e social local. Seria importante um estudo mais aprofundado sobre a baixa identificação dessas mulheres como negras e indígenas, o que fugiria ao escopo deste artigo.

Os próprios dados do IBGE 2010, mostram que a população no norte do país se identifica como sendo parda, contudo sabemos de toda a construção territorial e local a partir das populações indígenas.

Estado Civil e família



Podemos observar que 48% das mulheres entrevistadas vivem conjugalmente, sejam em união estável, sejam casadas. 29% são solteiras, número que pode ser maior, considerando que 15% das mulheres se disse divorciada e 8% são viúvas ou separadas, mas não sabemos se constituíram nova família.

Importante destacar que a maioria das casadas está na comunidade de Joana D'arc, 08 mulheres, seguida da comunidade de São Carlos, 05, Itapuã e Santa Rita, cada uma com 03 mulheres. As solteiras são maiorias na comunidade de São Carlos, 09, seguida de Itapuã, 04, Santa Rita, 03, e Joana D'arc, 02.

Vimos que a comunidade que mais tem mulheres solteiras é de São Carlos, o que é comprovado pelo número alto de mulheres jovens, o que poderia ser contraditório, por ser a comunidade mais isolada e de maior dificuldade de acesso. Mas foi a comunidade também que mais teve mulheres sem filhos, 03, ao contrário da comunidade de Itapuã, na qual, todas as mulheres têm filhos, de acordo quadro abaixo:

Número de filhos	Joana D'arc	Santa Rita	São Carlos	Itapuã	Total
Nenhum	01	01	03	--	05
01	03	--	02	01	06
02	04	03	04	04	15
03	03	01	03	04	11
04	04	06	03	--	13
05 ou mais	03	04	--	06	13

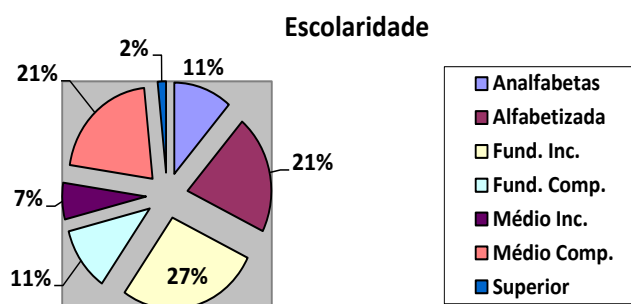
Vimos assim, que a maioria das mulheres tem no mínimo dois filhos. Surpreendeu a comunidade de Itapuã, por ser uma comunidade situada no centro urbano, na qual se

espera um número reduzido de filhos, mas que contrariamente, foi a comunidade que tem mulheres com maior número de filhos, de cinco a mais filhos. Vimos que duas mulheres sozinhas têm 30 filhos, D. Aparecida da Silva tem 18 filhos e D. Edneusa Cezário tem 12 filhos.

O curioso deste número é que as comunidades mais ligadas ao campo não tem o número de filhos que a comunidade de Itapuã possui, o que revela que diferentemente do que se via e discutia-se há alguns anos atrás, ter mais filhos para auxiliar na lavoura e no trato com a terra, não seria mais o retrato fiel dessa realidade rural. Vimos que os jovens e as jovens das comunidades rurais têm priorizado os estudos, embora as lidas domésticas façam parte da realidade dessas jovens.

Não se desconsidera aqui, que o número de filhos ainda é superior a média nacional, de 2,3 filhos por família, mas caiu o número de filhos por família no campo.

Escolaridade



A maioria das mulheres, 71% tem até o fundamental completo, sendo que o número de mulheres com nível fundamental incompleto representa a maioria das mulheres, 28%. Contudo, um dado que surpreende, até mesmo pelo quadro desenhado acima, é o alto índice de mulheres com ensino médio completo, 21%, superando até o fundamental completo, cuja maioria das mulheres está na comunidade de São Carlos.

Percebemos, na verdade, que como a maioria é jovem de até 30 anos de idade, que o aumento no nível escolar tem sido uma prioridade entre as jovens, sendo que nessa mesma comunidade temos a uma única mulher com nível superior.

As mulheres com mais de 40 anos são as quem tem nível escolar mais baixo, da alfabetização a fundamental incompleto. Das 30 mulheres, na faixa etária entre 40 e 60 anos, 27 mulheres estão nessa categoria, sendo que das mulheres acima e 60 anos, que totalizam oito mulheres, 05 são analfabetas e 04 alfabetizadas, o que nos indica a ausência das mulheres da década de 60 e do campo, do processo de aprendizagem escolar.

Assim, podemos concluir que as mulheres acima de 40 anos tem condição escolar mais baixa que as mulheres até 30 anos que possuem nível escolar médio, fundamental completo.

2. A face feminina em meio ao trabalho no campo: a dimensão do trabalho das mulheres camponesas

Neste capítulo, tentaremos resgatar alguns aspectos teóricos e estatísticos sobre a situação das mulheres no mercado de trabalho e a relação com as trabalhadoras rurais e as mulheres atingidas por barragens, apresentando os dados da pesquisa.

Necessário fazer esse resgate para visualizarmos que as desigualdades de gênero, são construções sociais e históricas que revestem, mesmo nas mulheres, estigmas e papéis atribuíveis somente a elas e que as exclui de espaços de discussão político e de formação enquanto cidadãs.

2.1. Mercado e divisão sexual do trabalho: panorama sobre as desigualdades de gênero.

Dentre as diversas dimensões do mundo do trabalho, elementos que alicerçam a base social da situação das mulheres atualmente, as dimensões da divisão sexual do trabalho, da vulnerabilidade social e econômica e a precarização das atividades desempenhadas pelas mulheres são pontos fundamentais para melhor compreender a realidade das mulheres camponesas.

A primeira dimensão a destacar é a categorização do trabalho a partir da dimensão sexual, ou seja, a partir do que chamamos de divisão sexual do trabalho. “No sistema patriarcal capitalista o mundo do trabalho se estrutura a partir da divisão do trabalho entre produtivo e trabalho reprodutivo, a qual implica uma hierarquização e uma separação entre trabalho de homens e trabalho de mulheres” (DANIÈLE KERGOAT, 2008, p. 260).

Para melhor desenvolvimento do capítulo, necessário fazer um retorno histórico, bem como marcar uma posição política, na qual o movimento feminista e a crítica das economistas feministas se colocaram frente ao fato de que muitos trabalhos vinham sendo desenvolvidos gratuitamente pelas mulheres, invisibilizado, não as beneficiava, ou seja, não era (e continua não sendo) realizado para elas, mas sim para outras pessoas, sempre em nome do amor e do dever materno.

Foi a partir dessa constatação que em 1970, na França, “sob impulso do movimento feminista, que surgiu uma onda de trabalhos que rapidamente assentariam as bases teóricas desse conceito (divisão sexual do trabalho)” (DANIÈLE KERGOAT, 2008, p. 264). As bases dos questionamentos eram, o não reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas mulheres como importante, bem como a naturalização das atividades domésticas como sendo intrínseco a elas.

As análises passaram a abordar o trabalho doméstico como atividade de trabalho tanto quanto o profissional, o que permitiu confluir as atividades da esfera doméstica com a profissional (Ibidem, p. 265). Contudo, ainda não era suficiente, pois não se discutia a conceitualização da relação social recorrente entre homens e mulheres e só o reconhecimento do trabalho doméstico não respondia a desigualdade de algumas funções desenvolvidas por mulheres e por homens. Assim, começa-se a estruturar o que atualmente conhecemos como divisão sexual do trabalho, primeiramente conceitualizada como “relações sociais de sexo” (Ibidem, p. 265).

Como num efeito dominó, outras categorias e análises começaram a ser questionadas, como o questionamento radical da sociologia da família, dos conceitos de qualificação, produtividade, mobilidade social. Não se revelou apenas como um movimento crítico acadêmico, mas teve no seio da luta feminista operária⁶, substrato para os questionamentos e construção de novos paradigmas.

A divisão sexual do trabalho atualmente é entendida como “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” (Ibidem, p. 267),

⁶ História das operárias da Ford em Dagenham, no Reino Unido, além de outras.

modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens ao espaço produtivo e das mulheres o reprodutivo, conseqüentemente, adicionando às funções masculinas, maior valor social.

Os dois elementos básicos da divisão sexual do trabalho são, portanto: separação entre trabalho de homem e trabalho de mulher e hierarquização dos mesmos, sendo o trabalho dos homens mais valorizados. Há uma enorme quantidade de trabalhos desempenhados pelas mulheres que não são considerados, o que “coloca como parte do destino biológico das mulheres a responsabilidade pelo trabalho doméstico e de cuidados” (Ibidem, p. 266).

Na esfera do trabalho produtivo, há uma representação simbólica e uma divisão de tarefas que correspondem ao trabalho atribuível a homens e mulheres, incidindo, sobre cada um, valores diferenciados de importância, conseqüentemente de maior ou menos prestígio. Às mulheres são atribuíveis trabalhos domésticos, apropriados nesta esfera para maior exploração do e que reforçam a naturalização das habilidades para o trato doméstico como sendo exclusivo delas⁷.

Assim, trabalhos relacionados aos trabalhos masculinos são mais valorizados e melhor pagos, ao passo que os desempenhados por mulheres, por uma atribuição cultural de que trabalhos realizáveis por mulheres exigem maior delicadeza, cuidado e habilidades manuais, por exemplo, são menos apreciados, porque menos especializados, logo com baixas remunerações, além é claro de estarem secundarizados na estrutura do mercado trabalhista.

A esfera reprodutiva se coloca para as mulheres como o espaço da “identidade primária das mulheres” (NALU FARIA, 2011, p. 28), na qual a maternidade é considerada sua principal atribuição e conseqüentemente o espaço e o trabalho doméstico de excelência. Essa identidade é forjada de forma a naturalizá-la, sendo que decorre de uma construção cultural alicerçada no modelo hegemônico de família patriarcal, herdado dos colonizadores, consoante historiografia brasileira.

“O trabalho doméstico como trabalho das mulheres é um meio de manter e reproduzir essa divisão, o que significa que as bases em que se sustenta a divisão sexual do trabalho não parecem ameaçadas em seus fundamentos” (HELENA HIRATA, 2002, p. 25).

Parafrazeando Danièle Kergoat, o importante a ser observado na discussão sobre divisão sexual do trabalho não é a comparação estática da situação do trabalho, mas a distância entre os grupos de sexo, pois se inegável que a condição feminina melhorou, a distância nas condições entre homens e mulheres ainda parece ser intransponível. “Tudo muda, mas nada muda” (DANIÈLE KERGOAT, 2008, p. 267).

Como não mencionar a contradição, para exemplificar, entre o aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho e em postos elevados e o desemprego que atinge mais fortemente as mulheres, 58,3% em comparação aos 41,7%⁸ dos homens, sendo que a maioria delas ainda se concentra em nichos de atividades desprestigiados (prestação de serviços, área social, setor agrícola). Tudo muda, mas nada muda!

O que se vê é que de um lado o elevado desemprego das mulheres, má qualidade do trabalho, trabalhadoras cada vez mais velhas, casadas, mães de família, em trabalhos informais e do outro a conquista de bons empregos, acesso a carreiras e profissões de prestígio e a cargos de gerência, por parte das mulheres escolarizadas. Todas ainda distantes dos patamares masculinos.

Muito se tem dito sobre o aumento na inserção das mulheres no mundo do trabalho, e isso não se nega, contudo a invisibilidade das atividades desempenhadas por elas, principalmente pela maioria das mulheres proletárias ainda despona nos dados do PNAD e reforçam o que Danièle Kergoat escreve:

Las mujeres solo aparecen como categoria de mano de obra o de la fuerza de trabajo, pero muy raras veces como actrices sociales. Si se me permite utilizar um símil, diria que los conceptos masculinos han actuado como um retrovisor: solo se há percebido El entorno a través de este y las mujeres han quedado relegadas em cierto modo em El ‘ángulo muerto’ Del vehículo sociológico y por tanto no son visibles (1997, p. 17).

No campo, a divisão sexual do trabalho também se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e da roça. Historicamente, muitas atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas extensão do trabalho doméstico. É importante ressaltar que essa modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está vinculada à introdução da noção capitalista de trabalho, que justamente reduz o trabalho ao que pode ser trocado no mercado.

⁸ IBGE (2010); PNAD (2009). Dados coletados nos anais do Seminário “Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher” realizado de 09 a 10 de julho de 2011 pela Fundação Alexandre Gusmão.

As atividades desenvolvidas pelas mulheres camponesas são vistas como sendo atribuição delas na manutenção do lar, do cuidado com os filhos e que seu trabalho na roça é apenas uma ajuda, não reconhecido e invisibilizado, o que gera uma desvalorização do papel econômico do trabalho das mulheres na família.

Para melhor visualização, serão trabalhados alguns dados do PNAD 2009 e IBGE sobre a situação das mulheres no mundo do trabalho. O primeiro dado que chama muito a atenção e já mencionado anteriormente é o do aumento da população economicamente ativa (PEA) feminino.

Favorecido pelo processo de globalização, embora ainda sejam trabalhos precários que acentuam a divisão sexual do trabalho, as discriminações de classe e raça e que estimula uma retração do bem estar das mulheres no que tange a proteção social, como o oferecimento de serviços auxiliares e de apoio à saída do espaço doméstico (HELENA HIRATA, 2010, p.45).

“As conseqüências da privatização, da diminuição da proteção social, da redução de todos os serviços públicos, iniciada com os ajustes estruturais dos anos oitenta, são não apenas a diminuição do trabalho para mulheres e homens, mas também a exploração crescente do trabalho gratuito das mulheres na esfera doméstica e familiar” (Ibidem, p. 46).

Dados do IBGE⁹ mostram que em 2001 as mulheres somavam 41,9% da PEA, enquanto os homens 58,1%, contudo em 2009 houve um aumento no número de mulheres economicamente ativas e um decréscimo masculino, assim, enquanto aumentava para 43,9% de mulheres, diminuía os homens para 56,1%. Aumento que pode ser explicado pela intensa terceirização da economia brasileira, na década de 1990, a qual favoreceu a entrada feminina no mundo do trabalho, porque há na prestação de serviços uma preponderância da força de trabalho feminina.

As mulheres ainda são a maioria em idade ativa, 51,3%, contudo vislumbram em menor proporção na categoria de pessoas ocupadas¹⁰, 42,6%, em contrapartida aos homens que somam 67,8%, além de ser a maioria desocupadas, 58,3%. A maioria está no trabalho doméstico, 17%, seguida de ocupações no comércio, 16,8%, e das áreas de educação e saúde, 16,7%.

⁹ Pesquisa Nacional por amostragem de domicílios, 2001 e 2009. Acessível pelo site: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf

¹⁰ De acordo com Manual do IBGE são consideradas ocupadas aquelas pessoas que estão trabalhando ou procurando trabalho.

No que tange as mulheres camponesas, elas correspondem a quase metade da população rural (PNAD-IBGE, 2006). São quase 15 milhões de mulheres, muitas delas sem acesso aos direitos básicos como saúde, educação, sendo que as mais jovens são as mais afetadas pelos processos migratórios, seja municípios menores, seja para grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

Além disso, a maioria das trabalhadoras rurais não é reconhecida como agricultora familiar, sendo que quase metade das mulheres trabalha para o autoconsumo sem ter nenhuma renda monetária, embora muitas delas assumam a responsabilidade exclusiva pelo grupo familiar que integram.

As mulheres continuam concentradas em atividades de prestação de serviços, principalmente doméstico, comércio, nas áreas sociais e setor agrícola. Se tomarmos como parâmetro o papel das mulheres a partir de três tipos de família, indigente, pobre e não pobre, em 2001, as mulheres em família indigentes concentravam sua atuação nas áreas de prestação de serviços (36%), agropecuária e produção extrativa de animais e vegetais (30%) e no comércio e atividades auxiliares (11%). Sendo que as mulheres pobres tinham principal ocupação no setor agrícola (53%), seguido de prestação de serviços (27%) e comércio e atividades auxiliares (8%). Já as mulheres das classes não pobres, diferenciavam-se das anteriores por terem forte concentração em atividades administrativas (17%) e em áreas técnica, científica, artística e assemelhada (16%).

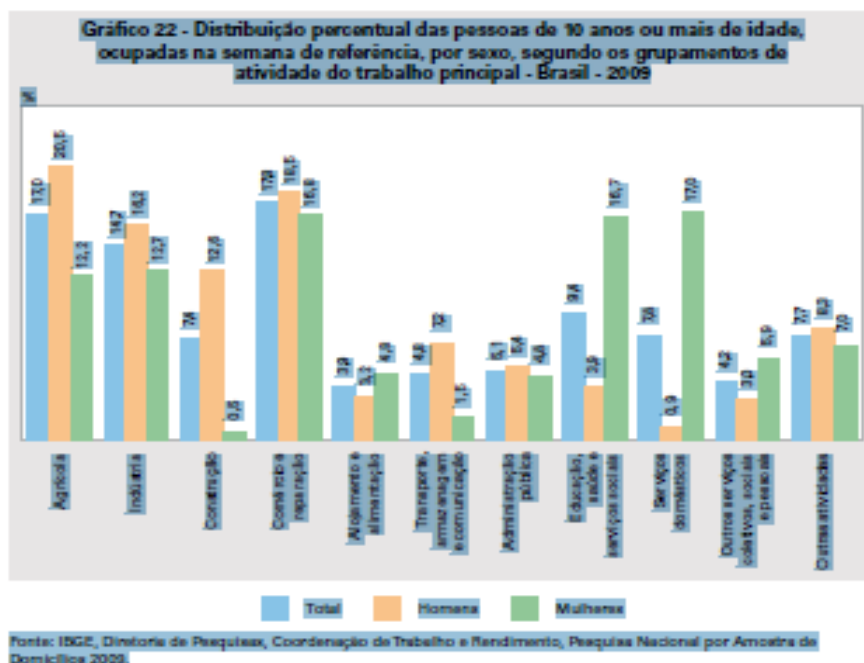
Já em 2009, embora os dados, quanto a ordem de concentração das ocupações permaneça para as três categorias, ou seja, maior concentração nas áreas de trabalho agrícola, vendas e prestação de serviços do comércio e serviços, há um forte decréscimo nos ofícios desempenhados pelas mulheres não pobres. Há uma queda nas ocupações das mulheres não pobres: 11,8% (vendas e comércio), 15,5 (serv. Administrativos) e 12,8% (área científica, artística), embora se mantenham, respectivamente, nessa ordem de ocupações.

Mas em compensação houve um aumento substancial nas ocupações agrícolas e de serviços das mulheres pobres e indigentes, de mais de 50% em relação a 2001. Trabalhadoras na agricultura saem de 30% em 2001 para 47,9% em 2009 e serviços sai de 27% para 46%, o que pode responder ao aumento na precarização do trabalho desenvolvido pelas mulheres, pois as mulheres não pobres deixam de trabalhar em setores específicos, como técnico e administrativo, para irem para setores, principalmente de serviços e comércio.

Os dados nos revelam que mais da metade da população de mulheres (homens também) indigentes está na agricultura (53%) e no setor de serviços. Enquanto os homens não pobres concentram-se em áreas de indústria e transformação¹¹.

Verifica-se, portanto, que as ocupações que implicam maior grau de escolaridade apresentam taxas de participação maiores para o conjunto das mulheres não pobres. Prevalece a concentração e predomínio nos setores onde o trabalho é mais rotineiro e submetido a um rigoroso controle e supervisão da chefia e que não faz uso de tecnologias avançadas ou se referem a trabalhos especializados.

Dois dados são muito significativos e ilustram claramente como se dá a divisão sexual do trabalho. 59,5% das mulheres trabalham 40 horas semanas ou mais, enquanto os homens trabalham 81,6%, diametralmente oposto, 90% das mulheres ocupadas fazem os trabalhos domésticos, enquanto que 49,7% dos homens cumprem com essas funções. As mulheres têm jornadas de trabalho reduzidas para poderem cumprir com os afazeres domésticos, enquanto os homens têm maior possibilidade de ultrapassarem a carga horária de trabalho, até para ter direito a horas extras, porque não desempenham as atividades domésticas.



Desta forma, verifica-se que a maioria das mulheres ainda está em serviços domésticos e em tempo parcial, que se caracterizam, geralmente, por trabalhos precários e com baixa remuneração. Enquanto as mulheres se concentram na faixa salarial de até um salário mínimo (47,9%) – os homens nesta faixa salarial somam 32,2% -, os homens têm

¹¹ Operários, trabalhadores da indústria; engloba a construção civil

taxa de participação nas faixas de cinco a vinte salários mínimos de 8,4%, enquanto as mulheres têm 4,9%. Os homens na faixa salarial acima de vinte salários somam 81% da população total, enquanto que as mulheres nessa faixa somam 19%.

Numa comparação da taxa de desemprego entre homens e mulheres, estas somam a maioria (58,3%) enquanto os homens 41,4%. As mulheres ainda estão longe de atingir tanto as taxas masculinas de atividade, superiores a 70%, quanto o número de homens ocupados ou o de empregados¹² (Cristina BRUSCHINI, 2008, p. 46).

As mulheres recebiam em 2009 um rendimento médio mensal 67,1% do rendimento masculino, ou seja, as mulheres, embora tenham maior escolaridade que os homens, 8,7 anos de estudo, enquanto os homens têm 7,7%, elas ainda recebem salários menores e estão em menor número nos postos de chefia e de maior prestígio.¹³

Assim, vejamos, as mulheres são 58,4% da população sem rendimentos; correspondem a 41,9% da PEA, estão concentradas em atividades de menor prestígio, serviços, comércio e agricultura; recebem 67,1% do rendimento masculino. Todos esses dados desenham a situação de vulnerabilidade na qual estão inseridas as mulheres e a forte concentração das mulheres em trabalhos informais e ou subempregos.

Embora os dados acima não apresentem o recorte racial – grave problema na coleta e cruzamento dos dados, pois mais uma vez se inebria a cor da pele sob o guarda chuva da categoria pobreza-, o que inviabiliza uma análise comparativa. É importante, parafraseando Sueli Carneiro, diferenciar as perspectivas a partir da raça, pois:

O desejo (das mulheres) de liberdade desponta como o objetivo comum que engendrou encaminhamentos particulares: para as mulheres brancas a luta contra o jugo patriarcal, para as mulheres negras a luta contra o jugo colonial, a escravidão e o racismo que lhe correspondeu (2004, p. 289).

Urgente, portanto, a inclusão do recorte racial na coleta e análise dos dados do PNAD e IBGE, para que possamos aprofundar e visualizar as discriminações raciais no âmbito do mundo do trabalho.

Os dados apresentados acima mostram como a hierarquização entre trabalho de homens e mulheres ainda estrutura toda a base de desigualdade de gênero no mercado de trabalho, o que gera um local desprivilegiado e vulnerável para as mulheres, que as

¹² De acordo com o IBGE, por empregados se entendem aqueles com carteira assinada, sem carteira, sem declaração de carteira, militares, funcionários públicos. Não inclui empregadas domésticas. Deixa de fora um contingente substancial de mulheres trabalhadoras e demonstra o não reconhecimento do trabalho doméstico.

¹³ PNAD 2009.

estigmatiza como inferiores como protagonistas da pobreza e miséria e como não sujeitos para a dinâmica econômica.

2.2. As novas facetas da divisão sexual do trabalho no mundo globalizado

Para melhor compreensão de como a divisão sexual do trabalho se dá na atualidade, visto sua fácil adaptação e maleabilidade de transformação, bem como para melhor entender os papéis das mulheres na economia local e global, necessário refletirmos sobre as novas configurações da divisão sexual do trabalho, visto ser um conceito não tão apropriável num primeiro momento, ele sofre, conseqüentemente inúmeras transformações a medida que a dinamicidade do mundo do trabalho, globalizado, apresenta.

Talvez um dos dados mais reveladores do PNAD 2009 e que mostra uma nova faceta da divisão sexual do trabalho, é o aumento do trabalho doméstico para as mulheres concomitante ao aumento na participação e melhoria das mulheres no mundo do trabalho, trazido por meio da inserção das mulheres, com maior escolaridade, em posições mais privilegiadas. Ou seja, uma camada de mulheres cujos interesses diretos se opõem frontalmente aos interesses daquelas tocadas pela generalização do tempo parcial, dos empregos mal remunerados e não reconhecidos socialmente e, usualmente mais atingidas pela precariedade (Danièle KERGOAT, 2008, p. 268).

Para que algumas mulheres possam estar em posições mais privilegiadas de trabalho, elas precisam abdicar ou diminuir seu tempo de afazeres domésticos, transferí-los para outra mulher, que se soma num número crescente de mulheres precarizadas e pobres. Assiste-se assim ao aparecimento, pela primeira vez na história do capitalismo, de uma camada de mulheres que exploram outra camada de mulheres, para ascenderem. Há, portanto, uma “dualização do trabalho feminino” (Ibidem, p. 267).

A globalização neoliberal forja novas faces da divisão sexual do trabalho que se apresentam a partir da divisão internacional do trabalho, no qual as mulheres estão concentradas em atividades de produção internacionalizadas (flores na Colômbia, Castanhas na Bolívia), na terceirização (com trabalhos domiciliares e “cooperativas” de costura e calçados no sudeste e nordeste) e passam a participar de redes ilegais (tráfico de drogas e de mulheres). Facilitados pela migração, turismo sexual e tráfico de mulheres para países do norte, vinculado tanto ao emprego doméstico como à prostituição e à indústria do entretenimento (NALU FARIA, 2011, p. 29-30).

Não bastasse, a globalização também trás, como salienta Cristina Carrasco, a “globalização dos cuidados” que consiste na contratação de mulheres pobres, migrantes do

sul, por famílias de níveis sociais mais elevados no norte, e ajuda a resolver o problema nos países industrializados, principalmente no cuidado dos idosos (apud NALU FARIA, 2011, p. 30).

Diante da situação de precarização e flexibilização do emprego das mulheres, começa surgir, o que Danièle Kergoat chama de, *nomadismos sexuais*, que é a busca por trabalhos onde aparecem e pelo tempo que é possível, por exemplo, o trabalho de uma diarista que faz várias faxinas num dia e se divide na semana entre seus afazeres em casa e o trabalho.

Exemplo mais extremo, mas que retrata a realidade, mulheres que buscam trabalhos em cidades onde esteja construindo grandes empreendimentos, como na construção de barragens, canteiros de obras em geral – realidade observada pelas mulheres atingidas pelas barragens em Rondônia, seja das mulheres que procuram trabalho como doméstica, seja das mulheres que buscam trabalhos em bordéis e prostíbulos. Ou ainda, mulheres que desempregadas no Brasil, buscam na Europa e Estados Unidos trabalhos domésticos, pois há maior remuneração, embora seja de baixo prestígio.

A divisão sexual do trabalho amolda as formas de trabalho e de emprego, concomitantemente, reforça as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo.

E como se dá a divisão sexual do trabalho para as mulheres atingidas por barragens?

3. A realidade das trabalhadoras do campo atingidas por barragens

Podemos apresentar de antemão, que a realidade desenhada acima, da situação de vulnerabilidade econômica das mulheres camponesas no mundo do trabalho, reflete a realidade das mulheres entrevistadas, visto que muitas delas são trabalhadoras rurais e se não o são, se encaixam no perfil da maioria das mulheres economicamente ativas, ou seja, são pobres, em posto de trabalho precarizados, mal pagos, chefes de família.

Vejamos então.

A primeira pergunta foi se elas trabalhavam. A pergunta tinha por objetivo verificar qual a dimensão que as mulheres tinham do que era trabalho, ou seja, se elas entendiam trabalho apenas aquele exercido pelos homens ou mesmo aquele que gerasse retorno financeiro.

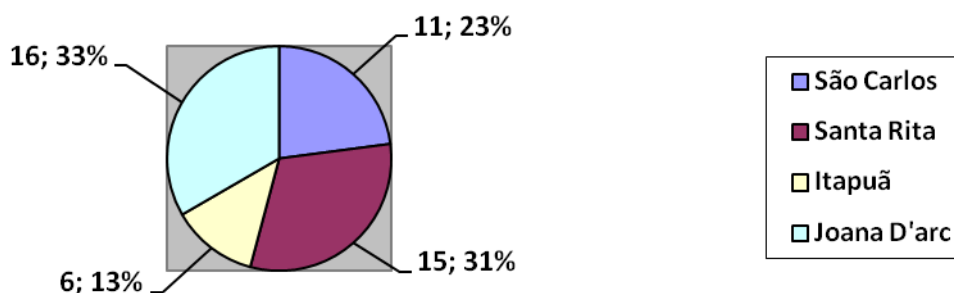
A intenção dessa pergunta surgiu quando da realização de uma pesquisa de observação com as mulheres da comunidade de Joana D'arc em dezembro de 2010, as quais quando perguntadas se trabalhavam, respondiam negativamente. Mas quando

perguntadas o que faziam durante o dia, respondiam relacionando as atividades domésticas, as atividades na roça e muitas vezes relacionando atividade remuneradas, como venda de produtos de cosméticos, artesanatos. Ou seja, elas não percebiam que todo o trabalho desenvolvido por elas era sim trabalho.

Desta forma, nos surpreende que 78% das mulheres entrevistadas afirmaram possuir algum tipo de trabalho. Isso se deve às oficinas realizadas nas comunidades em outubro do ano passado (2011), aspecto muito debatido entre elas e fundamental para compreensão e inserção político-cidadã dessas mulheres na luta por direitos, pois reconhecer-se como sujeito de direitos é o primeiro passo de empoderamento para a luta na promoção destes.

Vejam as respostas por comunidade:

Mulheres que trabalham



A comunidade de Itapuã surpreendeu ao afirmar que apenas 13% das mulheres trabalham, pois é uma comunidade urbana, cuja oferta de trabalho espera-se ser maior, contudo, isso pode refletir as dificuldades para as mulheres conseguirem trabalho no meio urbano, cuja produção para o autosustento é mais difícil que para as mulheres que estão no campo.

Das 62 mulheres apenas 14 afirmaram não possuir nenhum tipo de trabalho, ou seja, 22%. Contudo, quando perguntadas na questão 11 sobre sua rotina diária, todas elas informaram que cuidavam da casa, bem como da roça e algumas afirmaram até que fazem serviços como de manicure e de costureira, o que contradiz a resposta da questão 9, se tem ou não trabalho.

“Faço unha, cuidado da casa, pesco”, D. Sebastiana (São Carlos).

“Lavo, passo, cozinho, costuro e conserto”, D. Francisca (Itapuã)

Assim, ainda percebemos o não reconhecimento do trabalho realizado por elas, mesmo que remunerado, se deve ao fato de que não gera o retorno financeiro para ela – embora isso seja discutível, pois a medida que ela trabalha na roça e gera produção, por mais que seja o marido o comerciante do produto, ela gerou riqueza-, seja porque o que ganha é pouco e visto como complemento da renda familiar.

Na verdade, essas mulheres não percebem que o trabalho doméstico, assim como o trabalho na roça são trabalho, embora não sejam remunerados, ou sejam atividades para as quais foram ensinadas e designadas enquanto mulheres, e por isso obrigação delas. O trabalho desempenhado pelas mulheres no campo, sustenta toda a produção e o trabalho de comércio realizado pelos homens.

A invisibilidade do trabalho das mulheres no campo fica evidente nas estatísticas oficiais sobre a duração da jornada de trabalho: as mulheres na agropecuária trabalhariam praticamente a metade da jornada média dos homens. Em 2006, enquanto os homens trabalhavam em média 39 horas semanais, as mulheres declararam trabalhar apenas 21 horas (PNAD-IBGE 2006).

Reforçando o que já fora dito acima, a divisão sexual do trabalho faz com que as atividades das mulheres sejam vistas como parte do seu papel de mães, vinculadas ao trabalho doméstico e de cuidados, com a produção do quintal, horta, criação de pequenos animais, sendo considerado este como uma ajuda, logo não reconhecido.

Principais ocupações

Quanto a ocupação das mesmas, a maioria das mulheres se identifica como trabalhadoras rurais, 28 mulheres (45%), seguida da atividade do lar, 22 mulheres (35%), conforme quadro abaixo:

Atividades	Itapuã	Joana D'arc	Santa Rita	São Carlos	Total
Trabalhadora Rural	--	13	13	02	28
Professora	--	01	--	--	01
Vendedora (comércio)	--	--	--	01	01
Empregada doméstica	--	01	--	01	02
Profissional da	02	--	--	--	02

Saúde					
Do lar	08	02	02	10	22
Outros	1	--		--	01
Não Informaram	04	--	--	--	04

Podemos observar que as mulheres entrevistadas desenvolvem suas atividades preponderantemente no âmbito doméstico, seja, do lar, seja nas atividades da roça, de cuidados com os animais, na produção de gêneros alimentícios, ou seja, todas atividades que possibilitam a manutenção da mulheres na concretização dos afazeres domésticos, reforçando a divisão sexual do trabalho, mesmo aquelas que responderam serem do lar, ao serem perguntadas sobre suas atividades diárias, muitas relacionaram os trabalhos domésticos, mas também os trabalhos na roça.

Vale a pena, resgatarmos um pouco a compreensão feminista sobre a fundamental participação das mulheres no âmbito doméstico, para manutenção do sistema capitalista, pois se não fossem milhões de mulheres mantendo lares, na criação dos filhos, no provimento alimentar e de bem estar da família, os homens não estariam em condições de assumirem seus papéis de trabalhadores e explorados no sistema capitalista.

A racionalidade burguesa, sempre voltada para maximização dos lucros, nunca prescindiu do trabalho feminino. Ao contrário, sempre usufruiu do trabalho das mulheres, principalmente das camadas mais empobrecidas, por meio da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e dos baixos salários.

Remuneração

Curioso observar também que quando perguntadas, às mulheres que afirmam trabalharem, se recebem alguma remuneração pela atividade desenvolvida, apenas 09 mulheres informaram que recebem. Assim, das 48 mulheres entrevistadas que afirmaram trabalhar, apenas 09 mulheres recebem algum tipo de remuneração.

Chamam à atenção as comunidades de Santa Rita e São Carlos, visto que apenas uma mulher, em cada comunidade, afirmou receber algo pelo trabalho desenvolvido. Todas afirmaram lidar com a roça, com os animais, com a produção de farinha e com a pesca e embora reconheçam a atividade desenvolvida como trabalho, não é reconhecido enquanto trabalhadoras rurais, nem remuneradas.

Vimos mais uma vez reflexo que vem mostrando o IBGE, de que a maioria das mulheres camponesas não é reconhecida como trabalhadoras rurais e que seu trabalho na roça, na maioria das vezes, é para autoconsumo, sem ter nenhum retorno econômico pelas atividades desenvolvidas.

Importante destacar que as duas mulheres que afirmaram ter remuneração pelo trabalho desenvolvido, trabalham em áreas onde há possibilidade de manutenção do lar e no cuidado com os filhos. Uma na venda de crochê e a outra como professora e comerciante.

A comunidade que possui mais mulheres remuneradas pelos seus trabalhos é a comunidade de Itapuã, com cinco mulheres, que embora tenha o maior número, esperava-se que esse fosse maior, uma vez que está situada num centro urbano e há mais oferta de trabalho. Proporcionalmente, as mulheres no Itapuã, embora tenham menor número de mulheres trabalhando, são as que têm mais mulheres sendo remuneradas pelos seus trabalhos.

Esse dado nos mostra que a possibilidade de trabalho no campo são maiores que nos centros urbanos, contudo, o trabalho desenvolvido naquele não são remunerados, em contrapartida, os desenvolvidos nas cidades são, embora o custo de vida nas cidades seja maior, o que pode gerar uma expectativa de melhoria de vida menor que no campo.

No que tange a remuneração, todas as nove 09 mulheres informaram receber menos de um salário mínimo, o que reflete a posição do trabalho desenvolvido pelas mulheres, ou seja, em trabalhos informais, precarizados, com baixos salários e que possibilitam a elas a manutenção das tarefas domésticas.

Os dados acima vão ao encontro dos dados do PNAD, de que as mulheres camponesas assalariadas ganham menos que os homens, e que as condições de trabalho são péssimas e grande parte não têm renda (PNAD-IBGE 2006).

Considerações Finais

Verificamos que diversas são as violações aos direitos delas, desde ausência de políticas públicas direcionadas às mulheres, bem como direitos identificados como estruturantes para a vida das mulheres atingidas, como ao trabalho, à participação política, direito à igualdade de gêneros e o direito de lutar.

A experiência construiu consciência das mulheres sobre a importância de participar dos processos políticos, de mobilização e de luta pelos direitos das populações atingidas, mas principalmente, dos direitos delas, enquanto mulheres atingidas por barragens.

A pesquisa foi extremamente importante para delinear e desvendarmos o universo de violações aos direitos das mulheres atingidas por barragens, principalmente, no que se refere à dimensão do trabalho. A reprodução da lógica capitalista e androcêntrica nas relações de trabalho são verificadas também na realidade das mulheres atingidas.

A invisibilização do trabalho que realizam no campo, bem como o reflexo econômico dessas atividades na vida delas, da família e da comunidade precisa ser melhor estudado, pois é uma dimensão que as coloca em situação de vulnerabilidade política e econômica, não só diante da sociedade como um todo, mas principalmente, diante dos processos de negociação junto aos consórcios que administram os empreendimentos hidroelétricos.

Pensar nessa dimensão do trabalho é fundamental para garantia de direitos fundamentais e para evitar as violações que vêm sendo realizadas na vida delas.

A pesquisa foi fundamental também para o empoderamento das mulheres que participaram da pesquisa, visto que elas puderam ser protagonistas no processo de pesquisa, bem como de compilação e análise dos dados. E para além disso, foi possível elas pensarem e apontarem os principais impactos que a barragem trazia para a vida delas, visto que em muitos momentos, esses impactos não eram percebidos por elas como sendo violações.

Após a pesquisa, um grupo de mulheres da comunidade de Joana D'arc passou a se organizar e recolher tudo o que produziam e comercializar dentro do território. O mesmo grupo de mulheres, que após verificarem, que muitas eram analfabetas, montaram um grupo de alfabetização, no qual as que tinham passado pela educação formal, passaram a ser educadoras e ensinar as que não tinham passado. O cabo da enxada deu lugar a caneta e a possibilidade de liberdade a essas mulheres.

Visualizar as violações aos seus direitos, bem como perceber que o trabalho desenvolvido por elas era sim uma forma de trabalho, por mais que não gerassem retorno financeiro direto, contribuía para a geração de renda da família. A dimensão econômica do trabalho das mulheres, principalmente do campo, é fundamental para (re)pensarmos o papel das mulheres na economia.

Um aspecto importante a destacar, principalmente na comunidade de Itapuã, é a dimensão da prostituição como possibilidade de trabalho e retorno financeiro, que nos faz refletir criticamente, mas com muita parcimônia sobre um tema muito delicado, mas nos possibilita pensar em como era a vida dessas mulheres antes da chegada da Barragem de

Samuel e como pensar na dimensão do trabalho para as mulheres, evitando que haja essa exposição ao mercado da exploração sexual?

Os resultados da pesquisa são apenas uma fagulha sobre um assunto que apresenta diversas faces e que precisa ser mais bem estudado, para que possamos ter a dimensão das violações causadas por projetos de desenvolvimento que não prezam pelo respeito e reconhecimento das mulheres atingidas como sujeitos políticos e econômicos na defesa pelos seus territórios.

O presente trabalho foi (e é) para mim, como pesquisadora e educadora popular um renascer na esperança de empoderamento das mulheres, de maior participação delas na vida pública, de se reconhecerem como lutadoras. Poder encorajar mulheres a se perceberem no mundo e conseqüentemente libertarem-se é o objetivo mais precioso de uma mulher, feminista, negra. Que me encoraja a enfrentar todos os preconceitos dessa afirmação política e de alma. O processo é sempre dialógico!!

BIBLIOGRAFIA

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil. O caso de Cruz Alta-RS. Buenos Aires, Clacso, 2011.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

___ MARX, Karl e LENIN, Vladimir. Sobre a mulher. São Paulo: Global editora, 1979.

HEREDIA, Beatriz e outros (org.). Margarida Alves: coletânea de estudos de gênero e campo. Brasília, NEAD,

HIRATA, Helena (org.). Mercado de Trabalho e gênero. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

___ SEGNINI, Llíliana (org.). Organização, trabalho e gênero. São Paulo: SENAC, 2007).

___ KERGOAT, Danièle (org.). La división sexual Del trabajo. Permanencia y cambio. Buenos Aires: Asociación Trabajo y sociedad, 1997.

KARTCHEVSKY, Andrée (et. al). O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1976.

___ Emprego doméstico e capitalismo. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1978.

___ Mulher brasileira: opressão e exploração. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 1984.

___ e VARGAS, Monica Muñoz (org.). Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos tempos, 1994.

Principais sítios eletrônicos consultados:

www.ibge.gov.br

WWW.spm.gov.br